

COBERTURA E DESAFIOS DA TRIAGEM AUDITIVA NEONATAL NO SUS: IDENTIFICAÇÃO PRECOCE À INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA

Vitória Caroline de Jesus Leite¹

Renata Leão Vieira²

Christina Souto Cavalcante Costa³

Marina Elias Rocha⁴

A perda auditiva na infância é reconhecida como um problema de saúde pública por seus impactos no desenvolvimento da linguagem, desempenho escolar e inclusão social. Estima-se que mais de 9 milhões de brasileiros apresentem algum grau de deficiência auditiva. Nesse contexto, a Triagem Auditiva Neonatal (TAN) universalmente foi instituída por meio da lei nº 12.303/2010 como uma estratégia diagnóstica precoce e com início oportuno para intervenções. No entanto, mesmo diante de avanços normativos e ampliação dos programas, estudos nacionais apontam uma cobertura insuficiente dentro da saúde pública e acesso desigual à linha de cuidado auditivo. Este estudo busca analisar a cobertura e os principais desafios relacionados a TAN no Sistema Único de Saúde (SUS), considerando a integralidade do cuidado da detecção a reabilitação auditiva. Analisar a cobertura, impacto e obstáculos relacionados a Triagem Auditiva Neonatal (TAN) no sistema público de saúde brasileiro, identificando o atual cenário das perdas auditivas no país. Trata-se de uma revisão da literatura embasada em pesquisas nas bases SciELO, LILACS e BVS. Foram utilizados os descritores em saúde “Perda auditiva”, combinados por operadores booleanos OR. Selecionaram-se artigos originais e revisões sistemáticas publicadas entre 2020 e 2025, em inglês e português. Na busca inicial, identificaram-se 110 resultados, dos quais 5 foram incluídos após aplicação dos critérios de elegibilidade. Como critérios de inclusão, consideraram-se textos que discutiam o impacto da Triagem Auditiva Neonatal (TAN) no contexto da saúde pública e que apresentavam correlação explícita em título e resumo. Excluíram-se estudos que não abordavam diretamente a temática da revisão. A literatura mostra que a cobertura da TAN tem aumentado após a obrigatoriedade legal, mas ainda permanece abaixo da meta de 95% recomendada internacionalmente. A desigualdade regional é significativa entre as regiões Sul e Sudeste, com maior número de

¹ leite.vitoriacaroline17@academico.unifimes.edu.br

² renataleaovieira@academico.unifimes.edu.br

³ christina.souto@unifimes.edu.br

⁴ marinaeliasrochaenf@unifimes.edu.br

programas e melhor desempenho, em relação as regiões Norte e Nordeste, que apresentam cobertura limitada. Em maternidade públicas, cerca de 60% implantaram plenamente o programa, porém quase metade não realizava de forma universal até 2018. Verificou-se alta taxa de evasão entre as seguintes etapas: encaminhamentos frequentes para reteste, baixa adesão ao diagnóstico e dificuldade de acesso às intervenções auditivas. Apesar da relevância da Triagem Auditiva Neonatal (TAN) como política pública essencial para a saúde infantil, persistem desafios estruturais e regionais que limitam sua efetividade no Brasil. A cobertura ainda é insuficiente e heterogênea, e a continuidade do cuidado sofre com evasão e dificuldades de acesso a serviços especializados. Para alcançar a integralidade, recomenda-se fortalecer a rede de atenção auditiva, ampliar infraestrutura, qualificar equipes multiprofissionais, reduzir desigualdades regionais e adotar estratégias de monitoramento contínuo com base em indicadores de qualidade. Essas ações são fundamentais para garantir que diagnósticos e intervenções precoces minimizem os impactos da deficiência auditiva no desenvolvimento infantil e na inclusão social.

Palavras-chave: Perda auditiva. Triagem Auditiva Neonatal. Saúde Pública. Sistema Único de Saúde. Integralidade do cuidado.